Editorial

Cristina Miyuki Hashizume

Denise D'Auria Tardeli

Experiências e estudos no campo da promoção da saúde em instituições escolares multiplicaram-se nos últimos 25 anos, sob os mais diferentes matizes teóricos, metodológicos e áreas próximas, o que denota uma preocupação importante no sentido de dialogar mais entre nós e entre as disciplinas. Discutir a interface entre educação e saúde nos leva a uma importante responsabilidade de se pensar em rede, de forma transdisciplinar: nossa proposta, neste dossiê, foi focar os problemas educacionais decorrentes da medicalização, propondo uma visão de saúde ampliada, em que psicólogos, educadores, médicos, antropólogos e sociólogos pudessem se debruçar sobre o tema, sem as corriqueiras preocupações corporativistas e segmentarizadas a respeito do tema. Nesse sentido, selecionamos para este número da revista textos autorais que nos permitissem ir além das fronteiras disciplinares para focar o mais importante, que é a melhoria das relações de aprendizagem e, por conseguinte, a qualidade nas relações entre professores, alunos e gestão escolar.

A proposta deste Dossiê temático da *Revista Educação & Linguagem*, portanto, é debater, no campo inter/ transdisciplinar da psicologia e da educação, questões relativas aos desafios educacionais na interface com a saúde. A partir de diversas concepções de sujeito, psicólogos, pedagogos e licenciados de diferentes áreas discutem as relações de ensino-aprendizagem e as implicações destas concepções para as práticas docentes. Desde a problematizações de cunho inter/transdisciplinar, são retratadas práticas de pesquisas, problematizações acerca de intervenções realizadas, assim como, levantamentos bibliográficos que agregam instrumentos para se pensar para além de posicionamentos já instituídos.

Entende-se que as relações entre saúde e educação se materializam no processo de ensino-aprendizagem de diferentes perspectivas: a partir da confecção de laudos que estigmatizam os alunos; da visão biologicizante sobre os problemas de aprendizagem; da legitimidade do discurso médico (Pediatría, Psiquiatria e Neurologia) a respeito dos processos educacionais; da visão totalizante de saúde tanto do docente como do discente. Esses aspectos implicam problematizações quanto à compreensão de processos de subjetivação, dos limites e condições estruturais de construção de estratégias de contrapoder frente à governamentalidade dos corpos e da subjetividade, das possibilidades de ampliação e legitimação de demandas sociais na educação básica em nível privado e público.

Atualmente, a escola deveria se constituir em um espaço público intercultural, não somente a partir das dimensões curriculares, mas fundamentalmente, a partir de uma dimensão ético-política, propiciando valores de solidariedade, reconhecimento do outro, responsabilidade, diálogo, autonomia e justiça.

A discussão é necessária para o fortalecimento teórico e político para a promoção de saúde. Uma saúde que garanta a democratização do saber sobre o organismo, que possibilite ao usuário a construção de conhecimento lato para o fechamento de diagnósticos e prognósticos sobre o seu corpo, a respeito de políticas de saúde e com relação à melhoria na qualidade de vida das populações atendidas. Incluir a discussão sobre saúde e educação num contexto mais amplo, que remeta à formação integral das pessoas, é fugir do padrão recorrente de saúde preventiva, em que se instituem práticas preventivas e estandarizadas de como garantir a saúde (dos que não sabem cuidar de si). Uma visão mais ampla de promoção de saúde prevê incluir o saber do aluno e de seus pais, do professor, dos gestores, dos especialistas em saúde e as especificidades culturais do território estudado. Capacitar a população e profissionais, em geral, em educação permanente é torná-los cidadãos, possibilitando o seu protagonismo nos diferentes espaços coletivos para além da saúde ou da educação (HASHIZUME, 2015).

Algumas ações importantes de promoção de saúde colaboraram no incremento do estado de saúde da população. A 1.^a Conferência da Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde, organizada pela OMS, que aconteceu na Grécia, em maio de 1997, estabeleceu dez eixos centrais que marcariam o horizonte das políticas em torno da educação e saúde: Democracia; Equidade; Empoderamento dos jovens; Clima Escolar; Currículo; Formação docente; Avaliação dos resultados; Colaboração; Comunidades educativas e Sustentabilidade. Tais eixos, em nosso entendimento, precisam ser trabalhados de forma a promover a saúde a partir de uma perspectiva horizontal de produção de conhecimento coletiva e não hierarquizada.

Nessa perspectiva, para a publicação do número especial da *Revista Educação & Linguagem*, neste Dossiê, buscou-se revisitar o debate sobre múltiplos enfoques das relações entre saúde e educação básica, numa perspectiva problematizadora, para que as citadas concepções de saúde, educação e subjetividade estabeleçam uma ruptura com as concepções individualistas que pensam o êxito de ações educacionais ou de saúde preventiva.

Como editoras, é com grande satisfação que convidamos os leitores a conhecerem os artigos que problematizaram e vislumbraram caminhos para a superação dos desafios emergentes e evidenciados pelas demandas aqui trazidas por pesquisadores de diferentes partes do nosso extenso Brasil.

Boa leitura!

Referência

HASHIZUME, C. M. Docência e educação permanente em saúde em movimento. In: BRANDÃO, G. C. G; ALVES, L. P.; BRASIL, M. **Construções em saúde coletiva: educação, trabalho e cuidado**. João Pessoa: Ideia, 2015.